

ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA



*300 Anos*

DA FUNDAÇÃO  
DA ACADEMIA REAL  
DA HISTÓRIA PORTUGUEZA  
E DO ALVARÁ DE LEI DE 1721

LISBOA • MMXXII

## **Ficha técnica:**

*Título*

300 anos da fundação da Academia Real da História Portuguesa  
e do Alvará de Lei de 1721

*Coordenação*

Manuela Mendonça  
Maria de Fátima Reis

*Arranjo Gráfico e Processamento de texto*

Paula Silva

*Execução Gráfica*

Lusoimpress.com

*Tiragem*

300 Exemplares  
© Academia Portuguesa da História

*Depósito Legal*

507628/22

*ISBN*

978-972-624-239-0

300

João Luís Cardoso

OS ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS  
NA ACADEMIA REAL  
DA HISTÓRIA



## João Luís Cardoso

*Universidade Aberta (Lisboa)  
Academia Portuguesa da História*

*No seculo XVIII a Academia real de historia portugueza, fundada em 1720 por D. João V, apresentou, pela primeira vez, investigações propriamente históricas em substituição à literatura, por assim dizer, monástica em que se haviam baseado até então todas as indagações históricas e archeologicas”*

*Emilio Hübner, 1872, p. 3*

Importa desde já referir que, nesta comunicação, os estudos arqueológicos desenvolvidos na Academia Real da História serão circunscritos apenas aos testemunhos pré-históricos, não se incluindo assim um dos mananciais mais ricos e interessantes contidos nas *Collecçam dos Documentos e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*, respeitantes à Antiguidade Clássica, como é o caso dos monumentos epigráficos, dos vestígios de natureza architectónica, ou ainda dos testemunhos numismáticos.

Preferiu-se, dada a extensão do tema e o rigor que a sua abordagem requeria, valorizar, por ora, apenas aquele tipo de vestígios, então particularmente mal conhecidos, por não se enquadrarem no quadro epistemológico da época, apesar de, como é sabido, serem especialmente abundantes no território português.

Na origem de tais estudos, importa destacar um documento cuja importância agora justamente se celebra, o Alvará de Ley de 1721 respeitante à protecção do património arqueológico, no âmbito das comemorações dos 300 anos da sua publicação, o qual, ainda que já mencionado em anteriores ocasiões, foi pela primeira vez objecto de um estudo monográfico da autoria de um ilustre Académico de Número desta casa, e aqui publicado. Trata-se Tenente-Coronel Afonso do Paço que, na sessão de 18 de Janeiro de 1957, apresentou comunicação intitulada: “A Academia Real da História Portuguesa e a sua lei de protecção a monumentos arqueológicos” (PAÇO, 1958).



Fig. 1 - Afonso do Paço (1895-1968). Foto arquivo JLC/OVF.

Como bem salientou então o ilustre arqueólogo (Fig. 1), a importância na época deste documento encontra-se claramente revelada pela visibilidade que então atingiram o estudo e publicação das ocorrências arqueológicas, frequentemente dadas a conhecer nos trabalhos dos académicos. Tal verificou-se não apenas nos diversos volumes das Memórias da Academia joanina, mas também na correspondência expedida e recebida na Academia, em boa hora publicada, na parte correspondente ao período entre Janeiro de 1722 e Dezembro de 1723: em muitas das centenas de missivas evidencia-se a importância então assumida pelas notícias acerca dos testemunhos da antiguidade (ACADEMIA, 1924, 1929) e por conseguinte o apreço que lhes reservavam os Académicos.

A eficácia do documento residia na sua flexibilidade e facilidade de intervenção do poder régio, através da Academia, em estreita articulação com as Câmaras Municipais, providenciando a rápida salvaguarda dos achados, contrastando, como bem salienta Afonso do Paço, com a burocracia centralista e paralisante dos nossos dias, ainda hoje verificada.

Ainda que na altura não tenham sido identificados quaisquer sítios ou vestígios atribuídos a época pré-histórica, uma vez que a noção de Pré-História, associada à antiguidade da espécie humana surgiu apenas em meados do século XIX, os académicos da Academia Real da História Portuguesa, sem terem os recursos susceptíveis de conduzirem à sua correcta interpretação, nem por isso chegaram a conclusões menos coerentes, no quadro conceptual de então.

Tais estudos constituíram a expressão da genuína vontade de os Académicos de há 300 anos explicar de forma racional a realidade observada, recusando antigos dogmas ou crenças de natureza religiosa ou profana, nisso residindo porventura um dos aspectos mais relevantes deste contributo, ao procurar conferir-lhes a merecida visibilidade.

## 2 – AS ANTAS NO IMAGINÁRIO PORTUGUÊS

Em 1912 José Leite de Vasconcelos apresentou ao Congresso Internacional de Arqueologia, reunido em Roma, uma comunicação relativa à importância da informação toponímica para o conhecimento do povoamento pré-histórico do território português. Para o efeito, baseou-se nos topónimos relacionados com monumentos megalíticos, ou dos montículos que por vezes ainda os cobriam, como Anta, Antas, Antela/Antelas, Antinha, Arca/Arcas, Arcainha, Mama, Mamaltar, Mamoia, Mamoinha, Mamunha, Orca, Pála, Paradanta, Paradantas, Perafita, entre muitos outros. Um estudo exaustivo de todos os topónimos relacionados com a ocorrência de dólmenes no território português e sua explicação linguística foi publicado pelo etnógrafo e arqueólogo Luís Chaves (CHAVES, 1951). Foi assim possível demonstrar a ocorrência de tais topónimos de forma ampla e generalizada no território português, revelando, no entender de J. Leite de Vasconcelos, a maior ou menor intensidade do seu povoamento pré-histórico, consoante as regiões. A abundância dos mesmos na actualidade seria proporcional à densidade da população nos tempos pré-históricos no território português, nas diversas regiões que o integram (VASCONCELOS, 1912, p. 156) (Fig. 2).

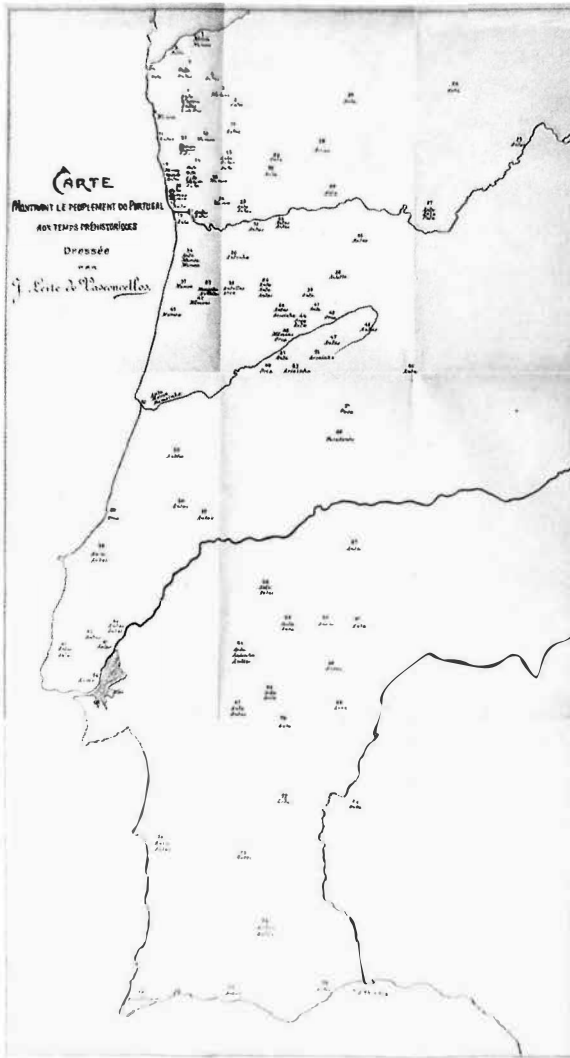


Fig. 2 - Distribuição dos topónimos no território português relacionados com a palavra anta e palavras correlativas (seg. VASCONCELOS, 1912).

No entanto, a admissão de esta possibilidade veio a ser contrariada, e bem, por Virgínia Rau, com o argumento de que a referida abundância toponímica, por ser apenas de origem medieval e moderna, resultar simplesmente da densidade demográfica da população actual (RAU,

1952). Assim se explicaria a elevada quantidade de topónimos situados na região minhota, por ser aquela que maior densidade demográfica presentemente possui. A contraprova para esta conclusão, para a autora, seria a assinalável presença de dólmenes – mais de trezentos – identificados e explorados por Manuel Heleno na região de Coruche-Montemor-o-Novo, a qual, por corresponder espaço geográfico pouco povoado, escassos vestígios possuem na toponímia.



Fig. 3 - Distribuição dos dólmenes no território português (seg. KALB, 1980).

A distribuição actualizada dos dólmenes no território português (Fig. 3) dá razão à autora referida, pois nota-se evidente contraste entre a sua presença no terreno e a quantidade de topónimos correspondentes, em regiões pouco povoadas, como o Alentejo, onde a palavra “anta” e seus derivados, é predominante, enquanto topónimos como “orca”,

“arca”, mamôa” e seus derivados são característicos do centro interior e do norte do território português.

Note-se que nomes como “orca”, “arca”, e seus derivados se explicam pela morfologia dos próprios monumentos, lembrando uma caixa em pedra constituída pelos esteios e pelo chapéu, ou mesa, assente sobre aqueles, enquanto a designação de “mamôa” se explica nos casos de ainda se conservarem os *tumuli* correspondentes, constituídos por acumulações de terra ou de blocos, com o formato hemisférico, lembrando os seios femininos.

Quanto à palavra “anta”, a explicação para a sua origem afigura-se mais elaborada, e é de origem erudita, ainda que tenha sido adoptada popularmente de forma generalizada: “Os Latinos chamarão *Antae* ás columnas grandes, e quadradas, que guarneciam as entradas dos Templos, e Palacios: bem póde ser que os monstruosos penedos, que estavam fronteiros de algumas terras notáveis, e por entre os quês corrião estradas metaforicamente se chamassem *Antas* (...)” (VITERBO, 1798, Anta, p. 120). Assim sendo, a designação popular teria origem erudita, de natureza architectónica, conforme notou Leite de Vasconcelos (VASCONCELOS, 1897, p. 25, 252, 309). O mesmo autor, discorrendo sobre o significado de *Antas* considera-o sinónimo de *Aras*, atribuindo-as a altares seguindo assim a interpretação de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, académico da Academia Real que sobre as mesmas se ocupou, décadas antes, conforme adiante se verá.

*Antas*, mamôas e seus derivados, seriam assim a expressão, já consignada desde pelo menos o século IX para monumentos dolménicos que pontuavam o território, conforme refere em Viterbo: “Desde o IX. até o Sec. XII, se escreverão em Portugal, e Hespanha muitos Doc., em que as *Mamóas*, ou *Mamúas* se dizem *Mamólas* segundo o Latim daqueles tempos” (VITERBO, 1799, Mamóia, p. 109), exemplificando com documentos portugueses dos séculos XIII e XIV. O mesmo autor sublinha que a utilização deste grupo de topónimos na delimitação territorial era uma realidade desde pelo menos a Alta Idade Média:

“Pelas actas do Concilio de Lugo de 569 consta, que o Rei Theodomíro fez demarcar os limites dos bispados, e Igrejas pelas *Villas, montes, ou Castellos antigos, vel archarum confinia*”.

Em documento de cerca de 760, que Viterbo não especifica, diz-se: “*Pro ut dividit cum alias Villas per petras fixas, & mamolas antiquas*”. E muitos outros casos se poderiam invocar, como os apresentados por José Leite de Vasconcelos, no já citado estudo (VASCONCELOS, 1912, p. 258) ou no seu antecedente, de 1897 onde também apresenta a etimologia de anta e de orca, como se referiu acima.

Virgínia Rau acrescenta mais alguns exemplos do uso arcaico deste dois grupos de topónimos, em documentos de 1156, 1165 e 1171, evidenciando o pleno uso dos mesmos no século XII como referências visuais na delimitação das terras (RAU, 1952, p. 217, nota 1).

Ainda que tal situação seja mais comum nas terras a norte do Tejo, com a Reconquista e o povoamento por cristãos das terras a sul do Tejo, verifica-se a mesma prática em territórios que então careciam de delimitação, recorrendo para tal aos mesmos marcadores visuais. É o caso, assinalado por Rui Mataloto (MATALOTO, 2020), do foral de Monsaraz, de 1276, outorgado por D. Afonso III em que se refere uma anta como marco de delimitação da área concelhia: “e vai a umas antas de uma arca de tempo antigo” (Fig. 4).

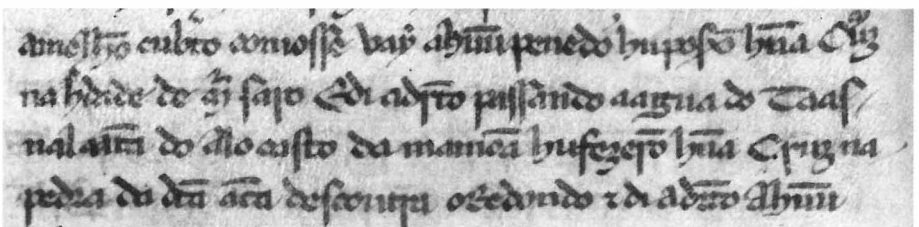


Fig. 4 - Excerto do Foral de Monsaraz outorgado em 1276 por D. Afonso III na parte em que se refere a inclusão de uma anta como marco de delimitação concelhio (seg. MATALOTO, 2020).

É interessante assinalar a correlação entre as duas designações: a de antas no sentido de portal, conforme acima se referiu, definido por pedras colocadas verticalmente (os esteios), que no conjunto configuravam uma estrutura designada como “arca”. Também importante é registar a sua atribuição a um “tempo antigo”, cuja antiguidade se desconhecia mas se tinha como certa.

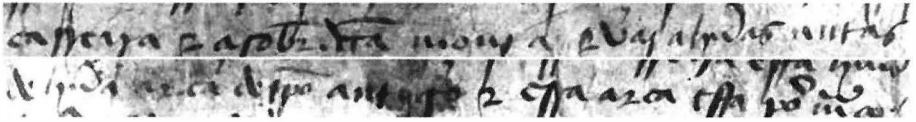


Fig. 5 - Excerto do Foral de Redondo dado em 1318 por D. Dinis em que se menciona uma anta como marco de delimitação concelhio: “alto da mamoa onde fizeram uma cruz na pedra da dita anta descontra o Redondo” (seg. MATALOTO, 2020).

Em outros documentos oficiais da região alentejana, também valorizados por Rui Mataloto, como o Foral de Redondo (Fig. 5), se menciona um Vale da Anta, no concelho de Redondo, correspondendo à anta ali existente e que deu o nome à herdade onde se encontra (MATALOTO, 2019). No foral deste concelho, dado em 1318 por D. Diniz, menciona-se que “fezerõ hu(m)a cruz na pedra da d(i)ta âta que se situava no alto de uma “mamoá”. Esta alusão vem evidenciar a clara associação das duas designações: a anta, enquanto estrutura pétreia em forma de portal, implantada no centro da mamoaue, sabemo-lo hoje, a cobria originalmente na sua totalidade. A referida cruz ainda hoje é visível (Fig. 6), sacralizando um monumento cuja existência passaria a ficar subordinada ao símbolo maior do cristianismo. Na verdade, por toda a Europa medieval se observam casos comparáveis de apropriação para o cristianismo de monumentos antigos, num esforço de integração e legitimação dos mesmos, outrora levantados pelos “hereges”, cuja purificação se impunha, para manterem intacta a sua relevância simbólica (MORTILLET, 1866).



Fig. 6 - Cruz executada na anta do Colmeeiro (Redondo), provavelmente a mesma que se encontra mencionada no Foral do concelho de Redondo de D. Diniz (seg. MATALOTO, 2020).

Com efeito, no imaginário popular persistiu durante muito tempo, e nalguns casos até à actualidade, a ideia de as antas se encontrarem associadas a crenças pagãs. Um dos casos mais evidentes corresponde à anta da Pedra dos Mouros (Sintra), a qual, até ao início do século XX era anualmente visitada pela população participante na romaria do Senhor da Serra. Fotografia de J. Benoiel, de 1907 (BOAVENTURA & CARDOSO, 2014, Fig. 5), documenta essa particular devoção pelo monumento pré-histórico (Fig. 7), a qual estaria associada a prática propiciatória da fecundidade feminina: as mulheres que pretendiam engravidar escorregavam ao longo do esteio de maiores dimensões, em contacto directo com a superfície do mesmo (informação verbal

fornecida pelo saudoso arqueólogo O. da Veiga Ferreira), que a terá ainda presenciado na sua juventude. Reportando-se ao mesmo dólmen, Vergílio Correia assinala exactamente a mesma prática, mas omitindo o seu carácter ritual, limitando-se a referir que o monumento seria “aproveitado pelos romeiros alegres para exercícios de *glissagem de fundilhos*” (CORREIA, 1913, p. 351). Com efeito, esta mesma prática ritual de escorregamento e fricção foi identificada em França, a par do escalamento (SÉBILLOT, 1902, p. 176), tendo ambas coexistindo, como se viu, na Pedra dos Mouros. Esta prática pode ter significado propiciatório, que favorecendo a fertilidade feminina, como se referiu, quer como augúrio matrimonial: Luís Chaves reportou precisamente as práticas de escorregamento observadas neste dólmen como “provas de experiência e adivinhação de namorados ou pretendentes” (CHAVES, 1951, p. 112), o que não deixaria de ter uma componente lúdica, como o próprio refere.



Fig. 7 - Foto de J. Benoliel datada de 1907 da anta da Pedra dos Mouros, Belas (Sintra), no dia da romaria do Senhor da Serra (seg. BOAVENTURA & CARDOSO, 2014).

Tais ocorrências podem observar-se também em penedos naturais: tais são os casos identificados em Portugal na Povia da Lanhoso e em Prazins (Guimarães), entre outros referidos por Luís Chaves (CHAVES, 1917, p. 59), citando Leite de Vasconcelos.

Outro topónimo dos dólmenes no território português, clara reminiscência de práticas pagãs de natureza propiciatória, foi igualmente referenciado por aquele autor e decorre das próprias características arquitectónicas dos dólmenes em melhor estado de conservação, com os esteios cobertos por uma lage horizontal, constituindo uma mesa e configurando a forma de altares. Trata-se da palavra “altar”, com as suas variantes: “Altar de Vale de Fachas”, ou “Mamaltar de Vale de Fachas” (Viseu), é dólmen celebrizado na região de Côta desde o conhecido estudo de José Coelho (COELHO, 1912) (Fig. 8), a que se poderiam juntar outros topónimos da mesma família: “Mamaltar” / “Mama do Altar” e “Pedra de Altar” ou “do Altar”, na Beira Baixa, como assinala Luís Chaves (CHAVES, 1951, p. 97). Com efeito, a semelhança arquitectónica de alguns dólmenes com altares, explica a prática propiciatória de origem pagã neles registada em época medieval relacionada com o sucesso das colheitas: ainda em 1951, e baseado em Leite de Vasconcelos, Luís Chaves assinalou “o exemplo de uma anta, próximo de Pinhel, onde se queimam as primícias dos frutos do ano (...); depois, tira-se da direcção do fumo o oráculo das colheitas agrícolas, nas terras a que pertenceram as primícias cremadas; conforme a direcção seguida, a obliquar à direita ou à esquerda, o ano é bom ou mau” (CHAVES, 1951, p. 112). Facilmente se poderia substituir o áugure moderno, pelo romano ou pré-romano, para se ter uma ideia impressiva da sobrevivência deste culto, desde provavelmente os tempos pré-romanos, até à modernidade.

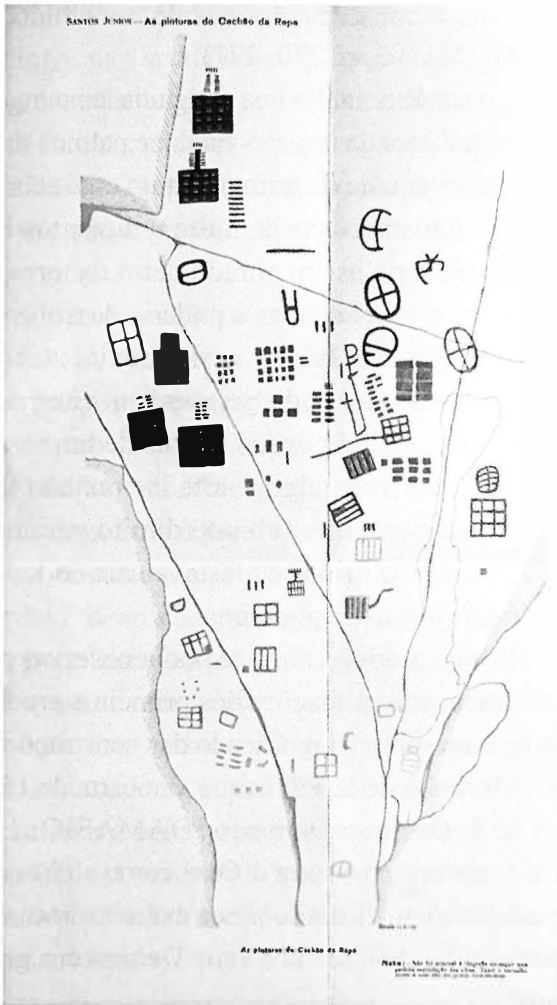


Fig. 8 - Capa da monografia dedicada ao Mamalzar de Vale de Faches (COELHO, 1912).

A queima dos frutos sobre as mesas das antas, funcionando como altares rurais, no que respeitava à prática da dízima, foi pois prática divinatória até época recente conforme assinalou Luís Chaves. Pelo interesse do testemunho registado em 1758 nas Memórias Paroquias, respeitante à anta da Paraneira, próxima da povoação de Soutelo (Vila Verde), de características em tudo semelhantes às observadas no exemplo

anterior, aqui se volta a transcrever o mesmo, recolhido por Pedro de Azevedo (AZEVEDO, 1903, p. 270, 271):

“Há nesta freguesia de Soutello hua antiguidade no lugar da Cachada e bem a ser hua pedra Redonda terá des ou doze palmos de diâmetro, de grossura competente levantada da terra de altura até seis palmos sobre sete pedras; cuja obra tosca custaria muito a duzentos homens polla assim, que mais parese seria assim obrado detro da terra, e esta com a continuação dos tempos e das chuvas a poderia descobrir (chamasse a paranheira) cuja analogia bem condis nesta Provincia, como vyo para que se applicava; servia não sey se de bayxo se em cima de queimar em sacrifício os frutos como Abel porque depois de terem dizimado dos frutos que lhe ficavão tomando alguma parte lhe punhão fogo e o fumo que dahy sahia se observava que subindo direito para o ceo achavão tinhão dizimado bem e se o fumo se afastava para os lados entendiam tinhão dizimado mal e tornavam a dizimar.”

Esta realidade, que todos os anos se podia observar pelos campos, por certo influenciou as interpretações dos primeiros eruditos quem em Portugal se debruçaram sobre o significado das construções dolménicas. Foi o caso de Fr. Martinho de S. Paulo que, em carta de 1571, transcrita por Fr. Manuel de S. Caetano Damásio (DAMÁSIO, 1793, p. 3, 4), interpreta as antas existentes na serra d’Ossa como altares erigidos pelos Lusitanos, comemorando a vitória sobre os exércitos romanos: “passada a batalha, ofereciam Sacrificios aos seus Deoses em gratificação da vitoria alcançada”.

Igual interpretação foi a apresentada por Manuel Severim de Faria, que, na viagem que realizou no dia 24 de Novembro de 1604 entre Sernancelhe e Ranhados, comentou que as antas situadas próximo da povoação do mesmo nome, perto de Sarzedas, serviam para “sacrificios gentílicos” (SERRÃO, 1974, p. 109-110).

Na verdade, a tradição das antas corresponderem ou serem utilizadas como altares remontará pelos menos aos próprios Romanos, que os mantiveram, como sugeriu Leite de Vasconcelos, baseado numa

referência toponímica contida no Itinerário de Antonino Pio: *Ad Septem Aras*, designa lugar na via de *Olisipo – Emerita* podendo significar lugar onde se implantavam sete antas, ou várias antas, atendendo à utilização do número sete com carácter simbólico ou mágico, de expressão generalizada a toda a Europa, exprimindo a noção de conjuntos de elementos homólogos associado à noção de quantidade (VASCONCELOS, 1912, p. 208).

Em síntese, a sacralização de massas rochosas naturais ou de natureza arqueológica foi situação comum em Portugal e também em Espanha e remete para tempos anteriores ao cristianismo; um estudo exaustivo deste fenómeno, no respeitante aos penedos sagrados foi realizado recentemente por Martín Almagro, situando a sua génese em época proto-histórica, associada à presença céltica (ALMAGRO GORBEA, 2015), tendo-se mantido em época romana e chegado à modernidade.

Enfim, não é despiciendo o significado mágico dos dólmenes nas tradições populares portuguesas. Sem querer entrar em detalhes sobre este interessante tema, é de referir que, no imaginário popular, os dólmenes encontravam-se muito frequentemente conotados a espaços sobrenaturais, associados a mouros ou a mouras encantadas, que “por ali vivem encantados a penar ou a guardar misteriosos tesouros” (CHAVES, 1917, p. 62): tal associação encontra-se claramente registada na toponímia, de norte a sul do país, como é o caso da Pedra dos Mouros em Belas, acima referida.

\*\*\*    \*\*\*    \*\*\*

O quadro conceptual acima descrito respeitante às antas no imaginário popular, manter-se-ia até à actualidade, e só excepcionalmente, e por via eventual da ocorrência casual de ossos, se associavam os dólmenes ao seu uso sepulcral primordial. É o caso de uma “sepultura dos Mouros”, referida por Santos Rocha no concelho da Figueira da Foz (idem, ibidem, p. 68).

Já a atribuição a S. Torpes da bem conhecida sepultura da foz da ribeira da Junqueira, no litoral a sul de Sines, remete para uma outra ordem de factores, de origem erudita e eclesiástica, que está na origem da primeira escavação arqueológica de um sítio pré-histórico do território português, se não mesmo a nível europeu (CARDOSO, 2017).

A partir do século XVI, os estudos respeitantes à Antiguidade Clássica e seus autores era já do conhecimento generalizado dos eruditos, que os utilizavam de forma exaustiva, com o propósito de integrar as informações resultantes dessas leituras, na interpretação dos monumentos cuja verdadeira antiguidade e finalidade ainda não tinham sido reveladas pela Arqueologia (SERRÃO, 2015). Embora se desconheça a tipologia da mesma, tudo aponta para uma pequena anta ou cista dolménica, da qual no século XVIII ainda estariam conservados dois esteios. Tal disposição foi suficiente para a sua atribuição à sepultura daquele mártir cristão, cujo corpo teria dado à costa naquele mesmo local, sendo ali sepultado. Explorado o sepulcro em 1591, efectuou-se registo detalhado dos trabalhos e recolheram-se os espólios arqueológicos e antropológicos em uma arca, cujo termo de abertura, datado de 6 de Fevereiro de 1695 se conserva (Códice 146 de Biblioteca Nacional de Portugal) (Fig. 9). A memória do local da referida sepultura, foi assinalada por um cruzeiro, do qual hoje apenas se conserva a base, datado de 1793 (Fig. 10). De entre os espólios arqueológicos então recolhidos, destaca-se uma placa de xisto, a qual se encontra desenhada no referido códice de 1695 (Fig. 11), sendo talvez a mais antiga publicação a nível internacional de um objecto cultural pré-histórico, depois reproduzida na obra de Liz Velho, em 1746, dedicada à vida de São Torpes (VELHO, 1746). Por coincidência feliz, este exemplar, situável no Neolítico Final, cerca de 3300-2900 a.C., integra-se no mais característico e emblemático grupo das produções artísticas da Pré-História portuguesa, as célebres placas de xisto decoradas, que Leite de Vasconcelos designava por “chapões”.





Fig. 10 - Base do cruzeiro erigido em 1793 na foz da ribeira da Junqueira, a sul de Sines, para assinalar o local da sepultura de S. Torpes (foto de J. L. Cardoso).

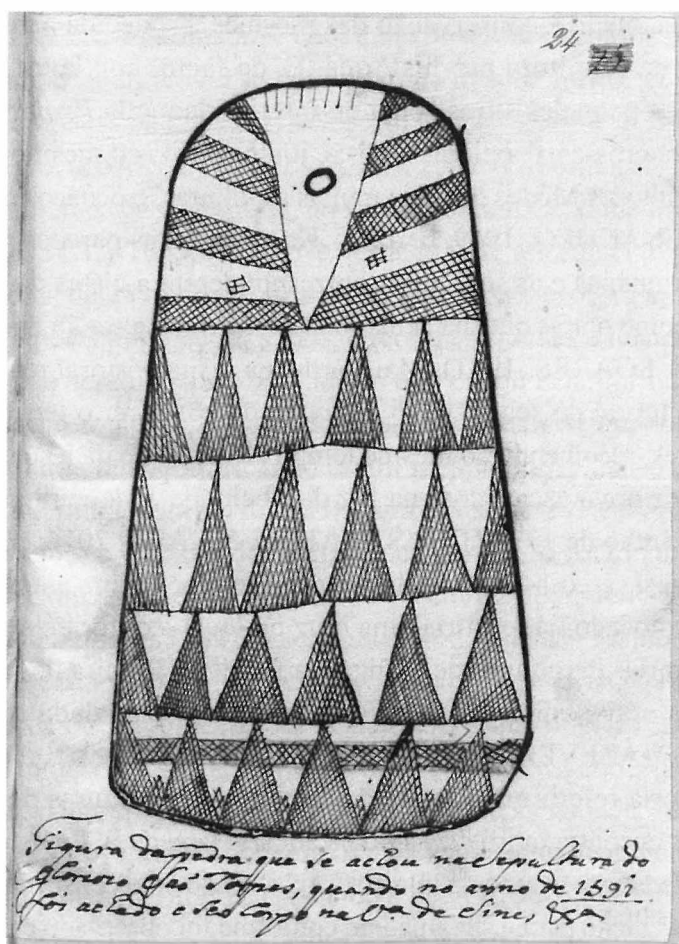


Fig. 11 - Desenho à pena da placa de xisto recolhida na suposta sepultura de S. Torpes, integrante do códice 146 da BNP, datado de 6 de Fevereiro de 1695, correspondendo, que se saiba, à primeira representação de um objecto simbólico pré-histórico a nível mundial (por deferência da BNP).

É de notar que o documento lavrado em 1695 e, mais provavelmente, o livro de Estêvão de Lis Velho, serem necessariamente do conhecimento de D. Fr. Manuel do Cenáculo. Este, já Bispo de Beja, realizou na sua jornada pastoral de 9 de outubro de 1791 escavações nas dunas do litoral de S. Torpes, na tentativa de encontrar o que restaria do primeiro

templo destinado à conservação das mesmas, esquecida a verdadeira natureza da sepultura pré-histórica. E, de facto, ao “fazer algumas escavações naqueles sítios achei no interior daquela *Praia* vestígios de paredes grossas, e antiquíssimas; e junto ao mar eu mesmo descobri nos difficultosos Médos de areia muitas sepulturas, e pedaços de bronze (...)” (CENÁCULO, 1949, p. 427). Na verdade, as paredes poderiam bem ser romanas e as sepulturas corresponderem a cistas da Idade do Bronze, como outras que, na actualidade, têm vindo a ser ali encontradas (SILVA & SOARES, 1981). Mais tarde, na visita pastoral realizada ao longo do litoral do seu bispado, procurando conhecer o território e as suas gentes, recolhendo ao mesmo tempo elementos para a sua História, realizou de novo escavações na foz da ribeira da Junqueira, na manhã de 28 de Julho de 1794 (DEUS, MATIAS & VALE, 2016, p. 36), um ano depois da erecção do cruzeiro acima referido. Porém, antes deste ter sido ali colocado, já existiria uma cruz no local, conforme se registou nas Memórias Paroquiais de 1758: “Na foz desta Ribeira de Junqueyra que he na praya está a sepultura de São Torpes asignalada com huma cruz (...)” (AZEVEDO, 1903, p. 268).

Importa referir que a tradição de associar sepulturas de santos a dólmenes encontra outro exemplo na anta ou lapa de S. Fraústo (versão popular de Fausto), perto da vila do Torrão, tendo sido construído sobre a mesma um nicho para a sua imagem conforme foi observado e publicado em 1897 por J. Leite de Vasconcelos (in CHAVES, 1951, p. 109).

Outro exemplo notável da precoce atracção das populações portuguesas pelo passado inexplicável, mas que hoje se sabe corresponder a outra manifestação artística dos tempos pré-históricos do 3.º milénio a.C. é o painel rochoso pintado no Cachão da Rapa, sobre o rio Douro (concelho de Carrazeda de Anciães). A *Recreaçam Proveytosa* de Custodio Jesam Baratta (1728), anagrama de João Bautista de Castro, refere-se-lhe nos seguintes termos: “Melhor será (...) convertermos os olhos para aquella celebre, & grande lage, que está no sitio do Cachaõ junto ao Douro. Nella se vem certas pinturas negras, & vermelhas matizadas pela disposição

de Xadrez, & em dous quadros, com huns finaes, & riscos malformados, que de tempo imemorável se conservaõ da mesma forma; & dizem os naturaes, que estas pinturas se envelhecem humas, & renovaõ outras. Vede que prodígio.” (BARATTA, 1728, p. 257, 258). A informação, conforme é dito, foi retirada da Corografia, do Padre António Carvalho da Costa, 1, p. 436 (COSTA, 1706, p. 436). Na verdade, este afloramento granítico, situado cerca de 25 metros acima do leito do rio Douro, era de há muito conhecido pelas populações locais, envolto em lendas e mistérios, a tal ponto que se acreditava ter um clérigo que ousou penetrar numa gruta situada sob o rochedo, no ano de 1687, emudecido para sempre, tal foi o susto que apanhou, ficando assim incapaz de relatar o que tinha visto. Tais prodígios foram relatados para a Academia Real por Antonio de Sousa Pinto e o Reitor João Pinto de Moraes. O Académico Padre Jerónimo Contador de Argote baseou-se em tal documentação para o relato publicado em 1734 no segundo tomo das suas *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Braga* (ARGOTE, 1734), recheadas de outras informações de natureza arqueológica relativas aos vestígios romanos registados no território do Arcebispado. Na verdade, este ilustre padre trentino utilizou sistematicamente naquela sua célebre obra os relatórios que os Académicos provinciais remetiam para Lisboa, hoje conservados na Biblioteca Nacional de Portugal, conforme informa Manuel Heleno, nas suas aulas de disciplina de Arqueologia, na Faculdade de Letras de Lisboa (in CARDOSO, ed., 2013, A 164 1958-1959, p. 278).

O relato de Argote encontra-se ilustrado com uma belíssima gravura sobre cobre, ao gosto barroco, da autoria de Debrie, datada de 1735, provavelmente a primeira representação de arte rupestre a nível mundial (Fig. 12). Bastaria tal facto para justificar a sua inclusão obrigatória em qualquer manual de Pré-História ou de Arqueologia Europeia, o que infelizmente não sucede, pela fraca visibilidade internacional que teve, até época recente, a investigação arqueológica desenvolvida em Portugal. Importa referir que este importante monumento arqueológico, depois de ter sido localizado com rigor por Possidónio da Silva (SILVA, 1887),

caiu no esquecimento, até que, em 1930 J. R. dos Santos Júnior o levanta graficamente com detalhe (SANTOS JÚNIOR, 1934), podendo ainda presentemente serem admiradas as pinturas conservadas ao longo de mais de 4000 anos a céu aberto (Fig. 13), para o que pode ter contribuído a existência de matéria betuminosa natural, aparentemente exsudada pela rocha granítica, preservadas aquando da abertura da linha férrea do Douro, pois ficaram sobre o túnel ferroviário ali existente.



Fig. 12 - Gravura sobre cobre de Debrie, datada de 1735, do penedo pintado pré-histórico do Cachão da Rapa (Carrazeda de Anciães), inserida no volume 2 das *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Braga* (ARGOTE, 1734). Trata-se da primeira representação mundial de uma estação de arte pré-histórica (foto e exemplar de J. L. Cardoso).



Fig. 13 - Foto dos inícios da década de 1970 do Cachão da Rapa, observando-se as representações pintadas de carácter geométrico (arquivo MFS/JLC).

Santos Júnior escavou uma das pequenas plataformas constituídas por depósitos terrosos, adjacentes à penedia, tendo encontrado numerosos fragmentos de cerâmica manual, alguns decorados, pertencentes ao Calcolítico (op. cit., Fig. 10), sendo deste modo da época das pinturas, vindo juntar-se aos vasos de barro recolhidos na base da penedia, em escavação relatada no documento remetido à Academia, dos quais, como ali se refere “ainda se achaõ fragmentos (...)” (ARGOTE, 1734,

p. 488), por certo alguns dos que Santos Júnior recolheu, mais de 200 anos depois, no mesmo local.

\*\*\* \*\*

Foram importantes e intensas as investigações desenvolvidas pelos Académicos um pouco por todo o País, especialmente no Norte, a par dos documentos e papéis dos cartórios dos mosteiros, relativas a vestígios de materiais arqueológicos, sobretudo romanos. É evidente a emulação assim criada nos seus espíritos, empenhados em objectivos bem definidos, que perseguiram com empenho e de forma consequente. Os resultados assim obtidos juntavam-se, por seu turno, no sul do País, aos desenvolvidos por outros Académicos, com destaque para o Marquês de Abrantes, relativamente às antiguidades de Alcácer do Sal, a antiga *Salacia* e de Santiago do Cacém, a *Merobriga* dos Romanos. Na Conferência que fez na Academia a 31 de Julho de 1721 publicou, proveniente uma epígrafe dali proveniente dedicada a Esculápio, por um médico natural de *Pax Iulia* (Beja). E muitos outros exemplos se poderiam invocar, evidenciados pela correspondência da e para a Academia, em parte já publicada, a que anteriormente se fez referência.

### ***3 – NOTÍCIAS DA CONFERÊNCIA QUE A ACADEMIA REAL DA HISTÓRIA PORTUGUEZA FEZ EM 30 DE JULHO DE 1733***

É no movimento acima referido de interpretação erudita dos vestígios do passado, conduzido pela Academia Real e protagonizado por alguns dos seus mais operosos membros, deliberadamente alheios a qualquer resquício da tradição popular historicamente não sustentada eventualmente associada aos referidos vestígios, que se explica a conferência de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença Homem, de seu nome completo (GOMES, 1964, p. 17), usualmente conhecido por Martinho

de Mendonça, apresentada na sessão académica de 30 de Julho de 1733 sobre as antas (PROENÇA, 1733) (Fig. 14), prontamente publicada nas Memórias da Academia naquele mesmo ano de 1733 (Fig. 15).



Fig. 14 - Primeira página impressa da Conferência de Martinho de Mendonça na Academia Real, apresentada a 30 de Julho de 1733 (foto de J. L. Cardoso do exemplar da APH).



Fig. 15 - Página de rosto do volume da Colecção dos Documentos e Memórias da Academia Real respeitante ao ano de 1733, contendo o texto da conferência realizada a 30 de Julho por Martinho de Mendonça (foto de J. L. Cardoso do exemplar da APH).

Este ilustre académico, que sobre tal assunto nada mais publicou, apesar da sua actuação na Academia ser conhecida desde a fundação da mesma, ficou sobretudo conhecido pela vertente pedagógica dos seus estudos, exemplarmente expressa através da obra “Apontamentos para a

educação de hum menino nobre”, publicada logo em 1734 e dedicada ao Marquês de Alegrete (PROENÇA, 1734), que na época era o Secretário da Academia Real, a quem competia a organização e publicação das obras dos académicos. A importância desta obra sobre temática tão inovadora como esta, foi objecto do doutoramento em Filosofia na Universidade de Coimbra, de Joaquim Ferreira Gomes, que foi membro desta Academia Portuguesa da História, no qual se apresenta a biografia detalhada do seu autor (GOMES, 1964). Nela se inclui interessante apreciação sobre a conferência que será objecto central da presente contribuição.

Martinho de Mendonça encontrava-se munido de importante suporte documental, como era habitual nos Académicos seus contemporâneos, que lhe permitiu sustentar e discutir, com base na análise exaustiva dos textos o significado dos monumentos megalíticos e sua antiguidade, que constituía o objectivo da sua comunicação. Importa desde já dizer que atingiu plenamente os objectivos a que se propôs, pois o seu texto, longe de se confundir com um balofo e inconsequente exercício de erudição, perseguiu um caminho lógico que lhe permitiu chegar a conclusões bem concretas, como se irá ver.

Logo no seu início dá conta do seu objectivo: “Ainda que tantos, e tão diligentes Escritores tenhaõ illustrado as antiguidades Portuguezas, com tudo deixaraõ campo aos modernos, em que se podessem exercitar, ficando por explicar muitos monumentos, entre os quaes me parece o mais considerável aquelles antiquíssimos, e rudes Altares, que se achaõ em varias partes de Portugal, e que vulgarmente se chamaõ antas, que por servirem, segundo a tradiçaõ, e as nossas conjecturas, a uso Sacro, não ficaõ fóra do objecto de quem escreve parte da Historia Sagrada de Portugal (PROENÇA, 1733, p. 1).

E que conjecturas foram aquelas, que apresentou nas 22 páginas da sua comunicação e qual a sustentação das mesmas, no quadro da demonstração que delas pretendia fazer, servido por um notável domínio das línguas essenciais para tal efeito, incluindo o hebraico?

1 – Em primeiro lugar, justificou a conclusão, de que “Ninguém vera cinco, ou seis pedras grandes levantadas, e sobre ellas huma grande mesa de pedra, que duvide ser edificio artificial, e não producção da natureza” (p. 3). Concluiu, deste modo, pela inquestionável origem humana destas ocorrências (coisa que para a época não era situação evidente, recorde-se a interpretação dada aos fósseis, considerados como jogos da Natureza), e estabeleceu comparações com as grandes construções do Perú onde também não se evidenciavam marcas de instrumentos de ferro na sua confecção.

2 – Segue-se a constatação de nenhum autor clássico ter feito alusão a estes monumentos, “nem discorre sobre o seu fim, e uso” (p. 4), o que aumentava a dificuldade da discussão, rejeitando tratar-se de monumentos funerários pelas características das pedras, que são lisas e adequadas para “se executarem os holocaustos” (p. 4), envolvendo cerimoniais de fogo. Deste modo, associou o nome “Antas” aos pórticos romanos com colunas quadradas, citando diversos autores latinos tal respeito, especialmente Vitruvius que no livro 3 capítulo I “trata das Antas, na significação de parastatas” (p. 7). Vê-se, pois, que nesta matéria antecedeu em quase 70 anos a explicação contida no dicionário de Viterbo, a que anteriormente se fez referência.

3 – Passando à discussão da época da construção das antas, concluiu que estas remontam a tempos anteriores à invasão árabe da Península Ibérica, “porque os mahometanos não tem altar, nem a sua ley lhes permite o uso dos sacrificios (...) não havendo noticia de semelhante antigualha em Arabia, ou nas mais prvincias da Asia, ou Africa, em que ainda dura a seita Mahometana” (p. 8).

Também não parecem obra dos povos germânicos que ocuparam a Península Ibérica, pois “quando entraraõ estas naçoens, já tinhaõ conhecimento de Christo, e nã exercitavam a Idolatria (...)” (p. 8). A referência aos monumentos escandinavos, também não passou em claro,

acrescentado que nas Antas se não observam as inscrições rúnicas dos monumentos daqueles povos nem se parecem com eles, “ainda que nesta matéria fallamos menos seguramente” (p. 9), dada a dificuldade de acesso aos autores da literatura rúnica “que de balde se buscaõ nas melhores Livrarias de Portugal, Castela, França, e Italia”. Estes cuidados confirmam ser autor meticoloso e sério, que só era levado a apresentar conclusões depois de uma análise cuidada de toda a documentação disponível, realidade que transparece ao longo de todo texto da conferência.

Continuando, acrescenta que as antas também não seriam obra dos Romanos, nem dos Gregos (“de cujas Colonias se tem escrito mil Fabulas”, p. 10), pela qualidade com que afeiçoavam a pedra, e também porque se assim fosse, dificilmente se explicaria que estivessem ainda de pé, dada a forma como os cristãos procuraram destruir as edificações daqueles povos idólatras.

Muito menos foram obra dos Fenícios, pois se assim fosse seria natural que estivessem nos portos de mar, e não no interior, em sítios montanhosos como é o caso.

Concluiu assim, por exclusão de partes, que as “Antas mostraõ claramente a rudeza do seculo em que se erigiraõ, e serem daquelas idades áureas, em que o ferro escondido nas entranhas da terra, não tinha ainda ou lavrado, ou despedaçado as produçoens informes da natureza (...)” (p. 10, 11).

4 – Assim sendo, as Antas, correspondendo a construções anteriores a quaisquer dos povos acima mencionados, só poderiam reportar-se aos antigos habitantes da Península Ibérica, os últimos povos do aro mediterrâneo que abandonaram “o culto de hum Deos Omnipotente” (p. 13), adoptando o politeísmo. Assim, os primitivos altares, “que primeiro se dedicaraõ ao verdadeiro Deos, que às falsas Divindades” (p. 14), seriam representados pelas Antas, que deste modo “tiveraõ o seu principio na mais remota antiguidade, e primeiros Povoadores da Lusitania antiga, que ainda viviaõ dispersos pelos montes” (p. 14).

A antiguidade da construção das antas, onde se não observava o uso de instrumentos de ferro, é aliás conforme a passagem do Êxodo (capítulo 20) que refere o fabrico, (enquanto se não preparava o Tabernaculo) de “hum altar de pedra, que não fosse cortada ao ferro (...) para distinção dos Idolatras, que fabricavaõ os Altares, primorosamente lavrados ao cinzel (...)” (p. 15). Face ao exposto, concluiu que as Antas dos primitivos Lusitanos seriam a imitação dos antigos Altares, “que de pedras toscas erigiraõ sucessivamente os Patriarchas (...)” (p. 15).

Outra evidência da antiguidade da construção das Antas era o facto de estas não se situarem em geral no alto dos montes, à semelhança do Altar que fizeram os Israelitas junto ao Jordão ao Deus Verdadeiro, concluindo por analogia, que “não seraõ temerarias conjecturas, as que nos inclinaõ a crer que as nossas Antas foraõ dedicadas, pelos primeiros povoadores da Lusitania, ao verdadeiro Deos, que adorou Israel, e veneraõ os Christãos” (p. 17), numa tradição que perdurou até muito tempo depois da mesma ter sido substituída nas regiões de onde proveio, explicada pela grande distância, e isolamento das populações habitantes das paragens do extremo ocidental da Europa.

Destas suas conjecturas, o autor concluiu que “bem se póde afirmar, que são as Antas o mais antigo monumento artificial, que há em Hespanha, e tal vez no Mundo todo, porque não se mostrará edificio, a que se possa atribuir igual antiguidade. Dissemos monumento artificial, porque as conchas petrificadas, que se achaõ em alguns montes, e se vem a casa passo nas vizinhanças de Lisboa, são monumentos, que a natureza deixou da universal inundação, e medalhas antigas do Diluvio” (p. 19).

5 – O texto desta conferência evidencia o espírito crítico de Martinho de Mendonça e o cuidado e rigor com que utilizou todas as fontes documentais à sua disposição, num exercício de erudição, mas que ao contrário do que verificava em muitos dos seus contemporâneos, tinha na realidade um propósito bem definido e consequente. Na realidade, com base na informação disponível – e realmente outra não havia a que

pudesse recorrer – conseguiu demonstrar a antiguidade da edificação das antas por populações anteriores aos mais antigos povos com escrita da Península Ibérica, atribuindo-as aos Lusitanos. Foi, outrossim, levado a considerar, como a generalidade dos eruditos do seu tempo, que as antas eram altares, até pela natureza etimológica da palavra. Mas nisso, como acima se referiu, não residiu o principal mérito do estudo do nosso Académico. Na verdade, era voz corrente, pelo menos entre os eruditos portugueses – via de regra eclesiásticos – que, nos séculos XVI e XVII se referiram à utilização das antas, a sua associação a altares, até pelas práticas de natureza propiciatória/adivinhatória que então, todos os anos, por altura das colheitas dos primeiros frutos, nelas se fazia. Conforme já foi referido (FABIÃO, 2016), o elemento novo aduzido por Martinho de Mendonça e que seguramente terá tido consequências entre a elite culta do seu tempo, foi o de ter conseguido demonstrar, não que as antas eram altares, pois tal ideia era já de há muito adquirida, mas sim que, apoiado em textos então consideradas credíveis, as mesmas foram construídas por comunidades oriundas da Judeia, adoradoras de um Deus único, as quais, chegadas a este extremo do mundo conhecido, mantiveram esse culto, entretanto abandonado nas regiões de onde provieram, com a adopção generalizada das práticas politeístas. Disse-se anteriormente que este argumento pode ter tido consequências nas elites cultas do seu tempo, que veriam na demonstrada prática religiosa monoteísta destes seus antepassados, mais um argumento legitimador da sua própria religiosidade, também ela baseada na adoração de um Deus único.

Outra importante consequência subentendida no discurso de Martinho de Mendonça residia na vantagem de as populações do extremo ocidente terem conservado suas tradições herdadas dos textos dos Patriarcas de um Deus único, mantendo-as intactas, e ao abrigo das novas ideias panteístas, que então dominavam paragens mais cosmopolitas.

6 – A estreita relação que estabeleceu entre as antigas populações pré-romanas construtoras das antas e os habitantes da Terra Prometida

do tempo do Antigo Testamento era ainda sublinhada por evidências que hoje diríamos de carácter arqueológico e que só agora serão valorizadas: trata-se da prática evidenciada pelos construtores de dólmenes, segundo Martinho de Mendonça, intencionalmente, não utilizarem instrumentos de ferro para lavrarem a pedra, distinguindo-se assim dos povos idólatras que com tais instrumentos, conseguiam construções mais regulares. Com efeito, as antas não só não evidenciavam marcas de instrumentos de ferro, mas respeitavam pela sua aparente imperfeição e rudeza, as características construtivas que seriam supostas possuir, por parte dos que seguiam a um só Deus. Estava assim estabelecida a filiação dos Lusitanos nos povos que, oriundos da Judeia, estariam na sua origem, sendo que o fio condutor entre ambos consistia no facto comum de adorarem a um Deus único.

Esta realidade poderia levar facilmente à conclusão de que os Portugueses, enquanto descendentes dos Lusitanos, serem de origem judaica, o que, numa época em que a Inquisição ainda estava bastante activa em Portugal, na perseguição de todos aqueles que não adoptassem a fé católica, poderia conduzir a contradição insanável na lógica da sua própria missão. Numa altura em que todas as obras destinadas a publicação eram objecto de censura prévia, é interessante verificar que aquela interpretação que eventualmente fragilizaria a actuação da Inquisição, fosse viabilizada pela própria Academia, que, aliás se encontrava isenta do cumprimento daquele preceito, pois possuía um mecanismo interno destinado a tal finalidade, na figura dos “Censores”, eles próprios Académicos de nomeada e confrades do autor desta conferência. Será que se pode vislumbrar neste pormenor alguma vontade de manifestar a independência da Academia nas suas actividades científicas e literárias ?

Para responder a esta questão, importa antes de mais ter presente que o autor desta Conferência era desde 23 de Janeiro de 1722, portanto já há mais de 10 anos, Familiar do Santo Ofício, sendo pouco tempo depois, e a seu pedido, considerado “em o numero dos familiares privilegiados” distinção que lhe foi concedida a 19 de Junho do mesmo

ano. Tratava-se, pois de um importante membro da Inquisição, tendo por isso total respaldo da mesma naquilo que escrevesse, mesmo que susceptível de produzir interpretações em seu desfavor. Esta contradição não passou despercebida a contemporâneos seus, como o Cavaleiro de Oliveira, assumida por um “estrangeirado”, como ele, como adiante se verá, (GOMES, 1964, p. 48, nota 1), nem a Jaime Cortesão, na actualidade (idem, ibidem, nota 2).

#### 4 – MARTINHO DE MENDONÇA, UM ACADÉMICO DO SEU TEMPO

Importa conhecer a personalidade e a importância de Martinho de Mendonça na sociedade do seu tempo, em geral, e na Academia Real, em particular, tendo-se recorrido essencialmente às informações contidas na obra de Joaquim Ferreira Gomes (GOMES, 1964. p. 18 e seg.), o qual, por seu turno, se baseia grandemente no autor do Elogio Fúnebre, José Gomes da Cruz, que se baseou, por seu turno, no seu biógrafo, José Gomes da Cruz, para além de outros, como Manso de Lima, para além das informações contidas em outras fontes com destaque para a Colecção dos Documentos e Memórias da Academia Real.

O autor desta conferência era, à época em que a mesma foi apresentada, um dos mais importantes Académicos da Academia Real (Fig. 16).

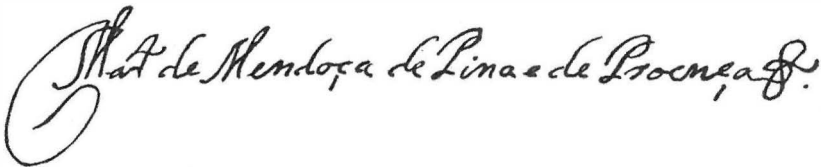
A handwritten signature in dark ink, written in a cursive script. The text of the signature is "Martinho de Mendonça de Lima e de Proença". The signature is written on a light-colored background.

Fig. 16 - Assinatura de Martinho de Mendonça (in GOMES, 1964).

Obtido o grau de Bacharel em Filosofia na Universidade de Coimbra, interrompeu os estudos provavelmente por falta de saúde; mas o seu gosto em aprender era tanto que, ainda adolescente, no retiro da quinta de

seus Pais, perto da Guarda, onde existia uma rica biblioteca, se dedicou ao estudo da Matemática do Grego e do Direito Público, para além da Filosofia, tendo-se dedicado com tal ardor a tais estudos que adoeceu. Segundo o seu biógrafo, José Gomes da Cruz, o seu pai viu-se “obrigado a ordenar-lhe que se apartasse da comunicação dos livros” (op. cit., p. 20). Uma vez restabelecido, e como era usual em alguns nobres do seu tempo, decidiu melhorar os seus conhecimentos do mundo através de um “gyro da Europa”, frequentando as cortes estrangeiras. De Espanha, passou a França e à Itália, daí atingiu a Áustria e a Hungria, animado a servir na guerra contra os Turcos. Com cerca de 24 anos tomou parte na Belgrado, a 16 de Agosto de 1717, onde ganhou uma bandeira ao inimigo, que lhe valeu o reconhecimento do comandante do exercito imperial, Principe Eugénio de Sabóia e do Embaxador português, o Conde de Tarouca, a qual vinculou ao seu Morgado, em Portugal. Terminada a guerra, passou por Praga e Leipzig, cidade onde em 1718 publicou um panegírico em latim dedicado ao referido Príncipe. Passou depois aos Países Baixos, onde exerceu o cargo ao longo de todo o ano de 1718 de “Mestre das Mathematicas e outras sciencias” do Infante D, Manuel, irmão de D. João V. Dali em companhia do Infante, chegou a Paris, onde frequentou “as sociedades litterarias”. Tendo o Rei ordenado a seu irmão que regressasse a Portugal, este preferiu seguir para a Alemanha. Martinho de Mendonça, sabedor do desejo real, optou por regressar ao reino; sabe-se residia na Corte 4 de Março de 1720, tendo participado activamente na fundação da Academia Real, mobilizando para tal todos os conhecimentos acumulados no seu périplo europeu. Importa ter presentes, a este propósito as suas próprias palavras: “Sahi de Portugal, e vagando por quasi toda Europa, de caminho procurey alcançar alguma noticia dos Systemas mais modernos; tive ocasião de conversar em Saxolnia com Wolfio e em Holanda com o S’ Gravesande, cujas conferencias me deraõ alguma luz dos engenhosos Systemas, e princípios de Leibnitio e Newton (...)” (in GOMES, 1964, p. 24). Como muito bem refere este autor, Martinho de Mendonça foi assim transformado num daqueles estrangeirados que tanta influência

exerceram no ambiente cultural português da época. Nele se confluíam as novidades do Iluminismo a par do conservadorismo político, social e religioso, que explica o pedido de ingresso, em 1722, no Tribunal do Santo Ofício, onde foi desde logo acolhido, corporizando as tensões e contradições do século XVIII em Portugal.

Foi neste contexto que se destacou como Académico da Academia Real, muito tendo contribuído para tal a sua formação europeia e alguns dos amigos que por lá conheceu, que facilitaram a sua introdução na Corte. Numa tarde do ano de 1719, em presença do Rei “lhe perguntaram (...) vários pontos de gramática, filosofia, história, crítica, geografia, e matemática com bom sucesso” (op. cit., p. 25), espalhando-se os seus méritos rapidamente. O Rei encarregou-o, em meados de 1720, da Biblioteca Real e foi assim que, naturalmente, participou activamente na criação da Academia Real, fundada a 8 de Dezembro daquele mesmo ano e da qual vuirua a ser por designação régia, um ds 50 académicos fundadores.

O seu papel na Academia e nos trabalhos académicos foi importante; logo no primeiro ano da sua existência, evidenciou intensa actividade: em resultado da distribuição dos “empregos dos Académicos”, isto é das tarefas distribuídas por cada um deles, foi incumbido de redigir uma história do reinado de D. Duarte, em Português, a par da História do Arcebispado de Braga e da do bispado de Lamego, em Latim. Da primeira, sabe-se que teria a obra em estado muito adiantado quando faleceu, das restantes sabe-se que ao longo dos anos ia remetendo para a Academia informações do curso de realização dos trabalhos, que, como Académico do Número lhe competia dar cinto, mas que na realidade eram realizadas em articulação com outros Académicos, designadamente provinciais. É interessante verificar que o estudo de documentos nos cartórios era compaginado pela recolha de inscrições romanas e respectiva análise no decurso da sua jornada pela Beira Interior de 1721, conforme foi relatado na Conferência de 14 de Agosto de 1721, sendo para destacar as investigações realizadas na Idanha-a-Velha, a antiga

*Egitania*, de onde remeteu à Secretaria da Academia varias inscrições romanas. Esta intensa actividade justificou ter sido nomeado para falar no dia 22 de Outubro, dia do aniversário do Rei, em que era costume a Academia ir ao Paço, tendo então comunicado que a História do reinado de D. Duarte estava pronta, aguardando ainda alguns documentos dos Arquivos, a qual, porém, jamais vira a ser publicada, estando as outras duas em curso por “seus eruditos autores”. Sublinhou os méritos de D. Duarte, o primeiro a juntar livreria ao seu palácio, e destacou o período de desenvolvimento cultural então conhecido, comparável ao então experimentado pela instituição da Academia, tendo sido este discurso reproduzido logo em 1727 na *Historia da Academia*, do Marquês de Alegrete (SILVA, 1727, p. 376-381).

No ano de 1725 a sua participação na Academia foi insignificante, o mesmo se verificando de 1726 a 1729, ocupado que esteve em missão diplomática em Espanha para tratar, entre outras matérias, do casamento reais dos filhos de D. João V e de Filipe V. Prova de que, no entanto, a sua presença era importante, e por certo em resultado da sua missão, foi nomeado para falar na Conferência do dia 7 de Setembro de 1729, no dia de anos da Rainha, pronunciada, como era usual, no Paço, a qual se encontra transcrita no volume XI da *Colecção dos Documentos*.

No ano de 1730 a sua participação nos trabalhos da Academia continuou a ser muito discreta, mas com dois pontos de inegável interesse: o primeiro refere-se à cópia de “huns caracteres que lhe remetteo Manoel Garcia de Oliveira, Capitão mor das Minas de Ajuruoca, avisando-o que se acharaõ dentro de huma lapa no Certaõ, junto ao seu districto” (*Colecção dos Documentos*, vol. IX; Gomes, 1964, p. 40), evidenciando o seu interesse pelos documentos de cronologia recuada e natureza ou significado incertos, com era o caso, que depois se confirma plenamente pela sua conferência de 30 de Julho de 1733; o segundo contributo que se lhe deve naquele ano de 1730 corresponde à análise (“Censura”) que elaborou da obra “*História genealógica da Casa Real Portuguesa*”, considerada sensata e equilibrada, digna de um académico a quem preocupa “o

cuidado da verdade histórica” conforme é dito na reimpressão do volume 1 da dita obra, em 1946, sob a direcção de M. Lopes de Almeida e C. Pegado (GOMES, 1964, p. 41). O interesse pela agremiação mantinha-se apesar de a sua presença física ser diminuta, comunicando por escrito o progresso dos estudos de que tinha sido incumbido, o qual foi lido na Conferência de 12 de Abril de 1731.

Em 1732 tomou parte na Conferência realizada a 26 de Junho onde deu conta do prosseguimento dos seus trabalhos.

Já em 1733 compareceu por duas vezes na Academia, a primeira no dia 23 de Janeiro para dar continuidade ao relato dos progressos realizados na História do arcebispado de Braga, escrita em Latim, dando pormenores da investigação realizada, dos documentos transcritos e daqueles que importava obter cópia.

Foi de novo orador em 3 de Julho de 1733 para dar conta da Conferência que agora é estudada em pormenor, que se considera, em concordância com Joaquim Ferreira Gomes, o seu mais importante contributo académico.

O seu impacto na sociedade culta de então conheceu uma via importante de disseminação, através da notícia publicada na Gazeta de Lisboa sobre a mesma, no seu número 36, de 3 de Setembro de 1733 (in Gomes, 1964, p. 46, nota 1), que se transcreve, pelo seu evidente interesse:

“Na Conferencia que a Academia Real da Historia Portugueza fez no dia 30 de julho (...) o Academico Martinho de Mendonça de Pina, Bibliotecario de Sua Magestade leu um eruditíssimo discurso, sobre a antiguidade, e uso das *Antas* (ou Altares) formados de grandes pedras toscas, em figura de mezas quadrangulares, que se achão em algumas partes deste Reyno, e serviaõ de fazer os Sacrificios, e queimar as victimas nos primeiros seculos do Mundo, pedindo a todos os curiosos, queiraõ participarlhe as noticias que tiverem de semelhantes monumentos, com a descripção dos sítios em que se achão, e as medidas, e mais circunstancias que observarem”.

Na verdade, nem pelos antecedentes de vida de Martinho de Mendonça, nem pela sua trajectória subsequente, nada faria prever este contributo, que surpreende também pela clareza dos resultados obtidos, afastando-se da norma da sua época.

A conferência proferida na Academia Real a 30 de Julho de 1733 por Martinho de Mendonça corresponde, com efeito, a um dos contributos mais originais e consequentes que, na primeira metade do século XVIII se escreveram na Europa acerca de monumentos megalíticos, procurando uma explicação plausível para a sua existência através da sistemática exploração do registo documental então disponível, fosse ele de natureza sagrada ou profana. Constitui, assim, caso exemplar da investigação setecentista europeia de temas pré-históricos, sendo apenas conhecido de um número muito limitado de investigadores portugueses, e quase sempre de forma muito superficial (CORRÊA, 1947; SANTOS, 1987), ou, com raras excepções, destacando alguns aspectos considerados mais relevantes (COSTA, 1868; GOMES, 1964; FABIÃO, 2016). Procurou-se, agora, abordagem analítica sistemática e, tanto quanto possível, exaustiva, do conteúdo deste notável documento, devidamente integrado na sua época e tendo presente a trajectória pessoal do seu autor, conduzindo ao desenvolvimento de novas conclusões, evidenciando pela primeira vez a sua real importância, no quadro dos estudos históricos do Iluminismo português.

Os estudos de natureza arqueológica de épocas anteriores à presença humana no território português, assim em boa hora iniciados na Academia Real por Martinho de Mendonça, não foram continuados pelo próprio, que logo a partir daquele ano de 1733 partiu para o Brasil, onde permaneceu até 1738, tendo exercido o cargo de Comissário Régio, e depois o complexo cargo de Governador de Minas Gerais, encontrando dificuldades cuja resolução estaria acima da sua disposição, preparação e entendimento. Regressado à Metrópole, nos inícios de 1738, o entendimento do seu desempenho pelo monarca não foi desfavorável, tendo-o logo nomeado membro do Conselho Ultramarino, onde a sua

actividade se encontra documentada por numerosos pareceres; retomou igualmente o seu lugar na Academia, sendo eleito Censor para o ano de 1739, chegando mesmo a ser Director da Academia, segundo o seu biógrafo José Gomes da Cruz, que dele traçou o elogio fúnebre (in GOMES, 1964). Retomou igualmente o seu lugar de Bibliotecário da Biblioteca Real, sendo nomeado desembargador da Casa da Suplicação, e ainda Intendente dos Diamantes.

Por carta régia de 28 de Agosto de 1742 foi nomeado Guarda-Mór da Torre do Tombo, tendo vindo a falecer, em virtude dos achaques provocados pelos muitos compromissos e trabalhos em que se envolvera, agravados por saúde frágil, a 12 de Março de 1743. Foi enterrado na capela da quinta do Pombo, perto da uarda, onde foi arvorado um dos estandartes que conquistara em Belgrado (GOMRD, 1964, p. 89, nota 6).

## 5 - EPÍLOGO

Ao longo dos séculos XVII e XVIII, e mesmo no século XIX, os dólmenes foram associados invariavelmente a altares dos Druidas, expressão da cultura Celta, realidade que viria a ser paulatinamente alterada: uma das primeiras obras de síntese sobre as construções dolménicas no território europeu já as atribuíu, correctamente, a sepulturas (BONSTETTEN, 1865). Importa sublinhar que esta obra antecedeu em apenas três anos a primeira publicação científica portuguesa sobre a mesma matéria, da autoria de Francisco Pereira da Costa (COSTA, 1868), na qual onde se descrevem os resultados das escavações realizadas em antas da região de Castelo de Vide. O autor não deixa de fazer referência desenvolvida à conferência de Martinho de Mendonça, afastando definitivamente a teoria de que fossem altares, como este admitiu, em consinância com a época em que escrevia.

E, no entanto, ainda, nos finais daquele século, havia em Portugal quem defendesse que as antas eram altares; não se veja, porém, nesse

texto anacrônico, argumento para diminuir a obra meritória e relevante do Padre Joaquim José da Rocha Espanca (ESPANCA, 1894), fruto de alguma incompreensão pela emergência de uma insuspeitada antiguidade para a presença humana, comprovada pela Ciência (Fig. 17).

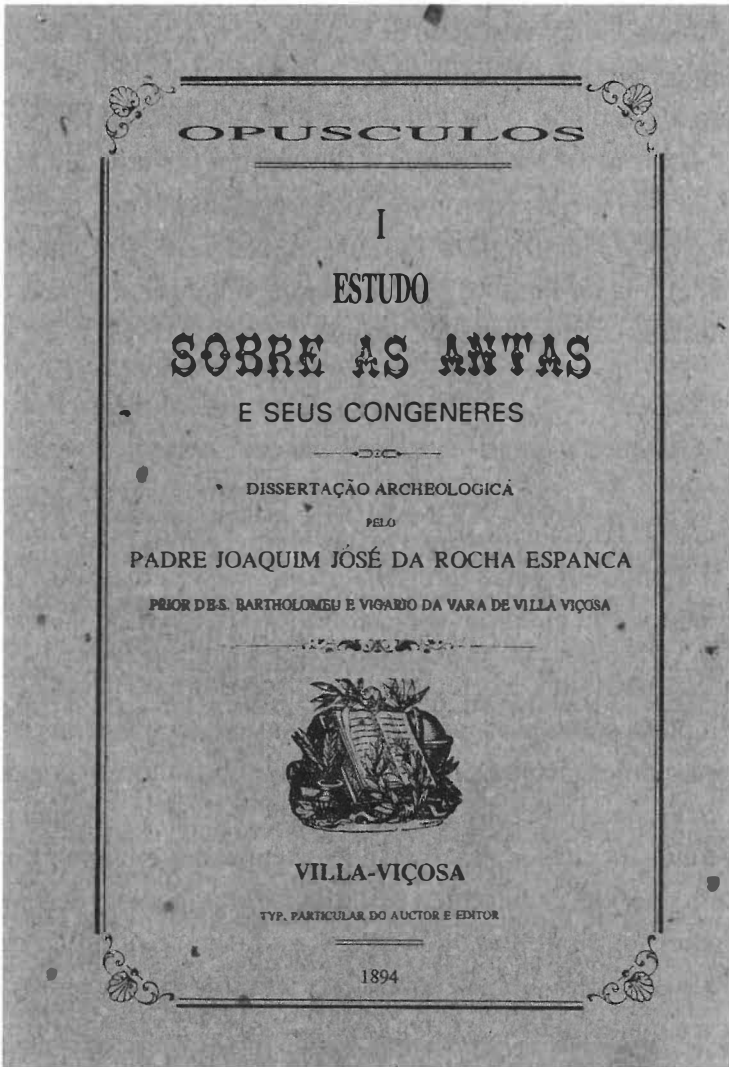


Fig. 17 - Capa da brochura do Padre Joaquim Espanca sobre as antas (ESPANCA, 1894).

Na verdade, no Portugal do final de Oitocentos, aquele investigador incansável das antiguidades alentejanas não estava sozinho, pois era acompanhado por algumas outras individualidades, eclesiásticas ou não. Provavelmente tal interpretação tinha ficado ainda mais vincada nos espíritos, tendo presente a existência de assinalável número de antas – cerca de uma vintena – transformadas em capelas, ou com capelas associadas, conforme estudo realizado por O. da Veiga Ferreira e colaboradores (FERREIRA; LEITÃO & NORTH, 1980), seguido por outro, mais completo (OLIVEIRA; SARANTOPOULOS & BALESTEROS, 1997). Algumas são de reconhecida importância, como a enorme anta-capela dedicada a S. Diniz, actualmente situada no centro de Pavia (Mora) (Fig. 18).



Fig. 18 - Anta de S. Diniz, no centro da povoação de Pavia (Mora), transformada em capela. Da esquerda para a direita: motorista Serrano, dos Serviços Geológicos de Portugal; O. da Veiga Ferreira; Konrad Spindler; e Georges Zbyszewski (arquivo OVF/JLC).

Enfim, há que considerar que ambas as finalidades – a utilização simultânea como locais de sepulcro e de culto – não são mutuamente exclusivas e tal conclusão seria, aos olhos dos literatos dos séculos XVIII e XIX não só possíveis, como prováveis, como aliás explicita Martinho de Mendonça, ao declarar: “que se fossem sepulcros ainda teriam lugar as nossas conjecturas de serem aras, pois estas e os templos da idolatria tiveram principio nos monumentos fúnebres”.

Sem querer alargar em demasia a discussão destas conjecturas, importa referir que existem de facto algumas evidências em certas antas exploradas modernamente no território português para que ambas as utilizações se conjugassem no tempo e mesmo espaço físico. Mas a ignorância com que hoje em dia se debate o arqueólogo não é inferior àquela que Martinho de Mendonça teve de enfrentar, com inegável sucesso, devido tanto à sua mestria como à sua humildade.

Aquela postura encontra-se claramente evidenciada pelas palavras com que conclui a sua conferência (PINA, 1733, p. 22): “A imperfeição, e falta de noticias, e livros necessários, com que escrevemos esta Conta, nos obriga a pedir, que se não imprima, se somente se peçaõ noticias, e descripçoens de todas as Antas, que houver em Portugal, e dos sítios, em que se achaõ, para que outro algum Academico, mais erudito, possa tratar esta matéria com mais exacção.”

A conferência de Martinho de Mendonça sobre as antas, de âmbito e natureza absolutamente inovadoras para a época, suscitou interesse por parte dos Académicos; podemos imaginar a sua curiosidade e surpresa, ao serem confrontados com uma realidade que para eles era completamente nova e insuspeita. Tal realidade motivou o interesse pela investigação das antas por parte de outros académicos, no seio da própria Academia: logo no ano seguinte, na conferência realizada no dia 1 de Abril de 1734 se pode ler que o “Padre Fr. Affonso da Madre de Deus Guerreiro participara na Secretaria da Academia (...) huma collecção de Memorias, na qual se acha a de 315. Antas, de que se faria huma relação particular para se comunicar ao Academico, que pedio esta

notícia” (NOTÍCIAS, 1734, p. 5; CORRÊA, 1947, p. 121). Infelizmente, desconhece-se o nome do referido Académico, e, sobretudo, não se sabe o paradeiro deste inventário, o primeiro de natureza arqueológica que se realizou no Mundo (CARTAILHAC, 1886, p. 149): teria por certo grande valor historiográfico, caso um dia se viesse a encontrar, no conjunto da documentação da Academia Real ainda conservada na Biblioteca Nacional de Portugal.

Após este impulso inicial bem sucedido, o interesse pelo estudo das antas na Academia Real esmoreceu, em linha com o declínio das suas actividades; contudo, o interesse não estiolou: pouco depois, D. Fr. Manuel do Cenáculo, já Bispo de Beja, cargo do qual tomou posse logo após a queda de Pombal, em 1777, reacende as atenções para estes monumentos (Fig. 19), também existentes, embora raramente, no Baixo Alentejo: disso é prova as informações que Pereira da Costa menciona na correspondência que foi remetida ao prelado pacense pelo Padre José Gaspar Simões, Prior de S. Teotónio (Odemira) (COSTA, 1868, p. VII), conservada na Biblioteca de Évora, contendo elementos relativos a antas, cuja publicação seria do maior interesse, tendo presente o extraordinário manancial de informações arqueológicas de época romana contidas na documentação recentemente publicada de Cenáculo relativa a Santiago do Cacém (DEUS, 2016).



Fig. 19 - D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas (1724-1814).  
Academia das Ciências de Lisboa (foto de J. L. Cardoso).

Face ao exposto, pode considerar-se que os contributos para o conhecimento das antiguidades pré-históricas do território hoje português tiveram na Academia Real um veículo de difusão importante, ainda que com limitações impostas pela própria natureza do quadro conceptual da época. Os únicos vestígios materiais que se afiguravam anteriores à Antiguidade Clássica eram as antas, atribuídas a altares foram remetidos, por Martinho de Mendonça para obra dos Lusitanos, tal qual se verificava além-Pirenéus, neste caso como sendo obra dos Celtas. Contudo, no caso português, o erudito Académico foi mais longe: tendo verificado a ausência de marcas de instrumentos de ferro no corte dos monólitos e a sua evidente rusticidade, associou-os à tradição construtiva hebraica assinalada no Antigo Testamento. Desta observação, resultou a conclusão de as antas terem sido construídas por comunidades isoladas

dali oriundas, as quais, neste extremo ocidental da Europa, conservaram aquela tradição, associada ao culto do Deus único, que se manteve até à conquista romana. Ainda que esta conclusão fosse de molde a valorizar aqueles ascendentes directos do Portugueses, a mesma tinha uma outra consequência evidente, que era a de os Portugueses possuírem, por essa via, longínquas origens hebraicas, numa época em que a Inquisição ainda tinha um grande poder e ascendência em Portugal. Seria interessante verificar as relações então existentes entre a Academia Real e a Inquisição, sendo certo que a Academia, gozando de protecção real, se encontrava ao abrigo das regras de censura para a publicação de obras impostas noutros casos.

Portugal pode, pois, considerar-se pioneiro da investigação Pré-Histórica a nível mundial, por via da conferência proferida por Martinho de Mendonça na Academia Real, a 30 de Julho de 1733, e publicada nesse mesmo ano, no respeitante aos monumentos dolménicos, acertadamente considerados como das mais antigas construções da Humanidade, já que, sabemo-lo hoje, podem remontar no território português aos inícios do 4.º milénio a.C, no caso dos dólmenes, e, no caso de alguns menires, ao 5.º milénio a.C.

Igualmente pioneira a nível europeu foi a publicação do penedo com pinturas rupestres do Cachão da Rapa, reproduzidas em bela gravura sobre cobre executada por Debrie, em 1735, situáveis no 3.º milénio a.C., e que um acaso da sorte permitiu que se conservassem até à actualidade, depois de terem sido, que se saiba, pela primeira vez referidas em 1706 pelo Padre António Carvalho da Costa, na sua famosa Corografia e mais tarde por Cristóvão Jesão Barata (aliás, João Bautista de Castro), em 1728. Tais publicações fazem dos Académicos Martinho de Mendonça de Pina e de Proença Homem, e do Padre Jerónimo Contador de Argote pioneiros dos estudos de arqueologia pré-histórica a nível internacional. Bastariam estas duas referências sobre a investigação setecentista dos tempos humanos de antes da escrita, para fazerem da Academia Real referência incontornável no campo da historiografia arqueológica portuguesa.

## REFERÊNCIAS

- ACADEMIA (1924) – O livro 2.º da correspondência expedida e recebida pela Academia Real de História. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 24, p. 37-163.
- ACADEMIA (1929) – O livro 2.º da correspondência expedida e recebida pela Academia Real de História. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 27, p. 57-128.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (2015) – *Sacra Saxa*. “Peñas Sacras” propiciatórias y de adivinación de la *Hispania céltica*. *Estudios Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 22, p. 329-410.
- ARGOTE, J. Contador de (1734) – *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Braga. Tomo Segundo*. Lisboa Occidental: Na oficina de Joseph Antonio da Sylva.
- AZEVEDO, P. A. (1903) – Extractos archeologicos das “Memorias parochiaes de 1758”. 467. Sines (Alemtejo); 472. Soutello (Entre-Douro-e-Minho). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 7, p. 268-271.
- BARATA, C. J. (1928) – *Recreaçam Proveytosa*. Lisboa: Na oficina de Antonio Pedrozo Galram.
- BOAVENTURA, R. & CARDOSO, J. L. (2014) – Carlos Ribeiro (1813-1882) e as antas de Belas: um contributo para a História da Ciência em Portugal no século XIX. *Estudios Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, p. 35-80.
- BONSTETTEN, Baron de (1865) – *Essai sur les dolmens*. Genève: Imprimerie de Jules-Guillaume Fick.
- CARDOSO, J. L., ed. (2013) – *Manuel Heleno pioneiro do ensino e da investigação arqueológica em Portugal (1923-1964)*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/ Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- CARDOSO, J. L. (2017) – O mais antigo registo conhecido da escavação de uma estação pré-histórica em Portugal. São Torpes e a sua sepultura da foz da ribeira da Junqueira (Sines). *Al-Madan*. Série II, 21, p. 132-141.
- CENÁCULO, M. (1949) – Sisenando mártir e Beja sua pátria. *Arquivo de Beja*. Beja. 6 (3/4), p. 426-463.
- CHAVES, L. (1917) – Sobrevivências neolíticas de Portugal. Vestígios líticos, em concordância ou paralelismo, e na toponímia. *Arquivo da Universidade de Lisboa*. Lisboa. 4, p. 55-81.
- CHAVES, L. (1951) – As antas de Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 2, 1, p. 95-115.

- COELHO, J. (1912) – *A Préistória e o seu ensino Mamaltar de Vale de Fachas*. Falmalicão: Typographia Minerva.
- CORRÊA, A. A. Mendes (1947) – Histoire des recherches préhistoriques en Portugal. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 11 (1/2), p. 115-170.
- CORREIA, V. (1913) – As antas. *Ilustração Portuguesa*. Lisboa. 369, p.350-352.
- COSTA, António Carvalho da (1706) – *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal*. Tomo primeyro. Lisboa: mna oficina de Valentim da Costa Deslandes.
- COSTA, F. A. Pereira da (1868) – *Descripção de alguns dolmins ou antas de Portugal*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.
- DAMASIO, Fr. Manuel de S. Caetano (1793) – *Thebaida portugueza: compendio histórico da congregação dos monges pobres de Jesu Christo da Serra de Ossa*. Lisboa: Officina de Simão Thadeu Ferreira.
- DEUS, M. (2016) – “Quando o objecto desafia a curiosidade”: a actividade arqueológica de Cenáculo e seus colaboradores em Santiago do Cacém. In DEUS, M. de, *Dom Frei Manuel do Cenáculo Itinerários por Santiago do Cacém*. Santiago do Cacém: União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra, p. 65-84.
- DEUS, M.; MATIAS, J. & VALE, F. (2016) – D. Fr. Manuel do Cenáculo: percursos por Santiago do Cacém. In *Dom Frei Manuel do Cenáculo Itinerários por Santiago do Cacém*. Santiago do Cacém: Junta de Freguesia da União de Freguesas de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra, p. 29-40.
- ESPANCA, Padre J. J. Rocha (1894) – *Estudos sobre as antas e seus congêneres*. Vila Viçosa: Typ. particular do autor e editor.
- FABIÃO, C. (2016) – Os altares dos “primeiros povoadores da Lusitânia”: visões do megalitismo ocidental. *Estudos em Homenagem a Victor S. Gonçalves*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, p. 45-67 (Estudos & Memórias, 9).
- FERREIRA, O. da Veiga; LEITÃO, M. & NORTH, C. T. (1980) – Breves apontamentos sobre as antas-capela em Portugal. *Estudos Italianos em Portugal*. Lisboa. 40/42, p. 119-126.
- GOMES, J. Ferreira (1964) – *Martinho de Mendonça e a sua obra pedagógica*. Coimbra: Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Filosóficos.
- HÜBNER, E. (1872) – Noticias archeologicas de Portugal. *Memorias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Lisboa Nova Série, 4 (1), p. 1-110.

- KALB, P. (1980) – O “Bronze Atlântico” em Portugal. Guimarães: *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*. 1, p. 113-120.
- MATALOTO, R. (2019) – Valdanta: o vale da anta que nunca foi... *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 22, p. 31-42.
- MATALOTO, R. (2020) – Antas e seus congéneres: algumas reflexões em torno do megalitismo a partir da aba sul da serra d’Ossa. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 27, p. 141-180.
- MORTILLET, G. (1866) – *Le signe de la croix avant le Christianisme*. Paris: Ch. Reinwald.
- NOTÍCIAS (1734) – Notícias da conferência que a Academia Real da História Portuguesa fez no primeiro de Abril de 1734. *Documentos e Memórias da Academia Real da História Portuguesa*. Lisboa Occidental: Na oficina de Joseph Antonio da Sylva.
- OLIVEIRA, J.; SARANTOPOULOS, P. & BALESTEROS, C. (1997) – *Antas-capelas e capelas junto a antas no território português*. Lisboa: Edições Colibri.
- PAÇO, A. do (1958) – A Academia Real da História Portuguesa e a sua lei de protecção a monumentos arqueológicos. *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. Série 2, 8, p. 29-40.
- PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina e de (1733) – Notícias da conferência que a Academia Real da História Portuguesa fez em 30 de Julho de 1733. *Documentos e Memórias da Academia Real da História Portuguesa*. Lisboa Occidental: Na oficina de Joseph Antonio da Sylva.
- PROENÇA, M. de Mendonça de Pina e de (1734) – *Apontamentos para a educação de hum menino nobre, que para seu uso particular fazia Martinho de Mendonça de Pina e de Proença*. Lisboa Occidental: na oficina de Joseph Antonio da Sylva.
- RAU, V. (1952) – La toponymie et le peuplement du Portugal aux temps préhistoriques. *Compte-Rendu du XVI Congrès International de Géographie*. Lisboa: Centro Tip. Colonial, p. 213-217.
- SANTOS JÚNIOR, J. R. (1934) – As pinturas pré-históricas do Cachão da Rapa. *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Porto. 6(3), p. 185-222.
- SANTOS, M. Farinha dos (1987) – Os estudos de Pré-História e Arqueologia na Academia Portuguesa da História. *Cinquentenário da Academia Portuguesa da História*. Actas. Lisboa: Academia Portuguesa da História, p. 313-332.

- SÉBILLOT, P. (1902) – Le culte des pierres en France. *Revue de l'École d'Anthropologie*. Paris. 12, p. 176.
- SERRÃO, J. V. (1974) – *Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria 1604-1609-1625*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.
- SERRÃO, V. (2015) – *Arte, religião e imagens em Évora no tempo do Arcebispo D. Teotónio de Bragança, 1578-1602*. Óbidos: Fundação da Casa de Bragança.
- SILVA, C. T. & SOARES, J. (1981) – *Pré-História da Área de Sines*. Lisboa: Gabinete da Área de Sines.
- SILVA, J. da (1887) – Explicação da estampa n.º 77. *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*. Lisboa. Série 2, 5 (5), p. 78-80.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1897) – *Religiões da Lusitânia*. Volume 1. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1912) – Le peuplement du Portugal aux temps préhistoriques. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 17, p. 255-265.
- VELHO, E. de Lis (1746) – *Exemplar da constancia dos martyres em a vida do glorioso S. Tórpes*. Lisboa: na oficina de Miguel Manescal da Costa.
- VITERBO, Frei J. de Santa Rosa (1798, 1799) – *Elucidario das palavras, termos, e frases que em Portugal antiguamente se usarão*. Tomo Primeiro (e Tomo Segundo). Lisboa. Na Typographia Regia Silviana.